

---

---

# Histórico do Município

de

# ITOBÍ

( ITOBÍ, da toponímia do tupi-guarani: "I"

água corrente "tobi" – verde)

(Água corrente verde ou Rio Verde)

Por Alcibíades Pires, Presidente da Comissão

Pró-Emancipação e 1.º Prefeito Municipal.

" VERBA VOLANT,SCRIPTA MANENT"

(As palavras voam, o escrito fica)

## ORIGEM

No primórdio de 1.828, no Distrito de Paz de Casa Branca, residiam os irmãos Alves Cunha: Tenente Fabrício e José.

O Tenente Fabrício, que foi um grande dedicado à lavoura era casado com D. Generosa Constança de Jesús. José Alves da Cunha foi ardoroso militante político do Distrito e era casado com D. Thereza Alves da Cunha, tendo sido eleito Juiz da Paz de 1832 a 1836, a Vereador Municipal a primeira edilidade casabranquense de 1842 a 1844 e exerceu o mandato de Juiz Municipal de 1848 a 1852.

Êsses foram os fundadores e primeiros donos da FAZENDA RIO VERDE ou COCAIS DO RIO VERDE. Dessa Fazenda, que é a principal pelo seu tamanho e das denominadas Boa Vista da A'gua Suja, naquele tempo de propriedade de Celestino e José Carreiro e Boa Vista do Rio Doce, de propriedade do Barão José Fortine, é que se originou a “Princesa do Rio Verde”.

Com a criação do Distrito de São José do Rio Pardo a 16 de abril de 1874, essas fazendas foram incorporadas à novel povoação.

## FUNDAÇÃO

Iniciado o tráfego da Companhia Férrea “RAMAL DO RIO PARDO” ligando Casa Branca a São José do Rio Pardo, surgiu um velho lusitano que se chamou ANTÔNIO MARTINS DANIEL, vulgo “Antônio Farrapeiro”, que foi quem empreitou a tiragem de dormentes das matas das Fazendas já mencionadas, iniciando os trabalhos às margens dos Rios Verde e Doce, para a referida Companhia de Estradas de Ferro.

Da data exata da fundação não se tem conhecimento, pois, desconhece-se completamente não só a da chegada de “Farrapeiros”,

Como também a do início dos trabalhos de tiragem de dormentes ou a da construção dos ranchos – dois – para abrigo dos camaradas ou trabalhadores; o fato é que “Farrapeiro” foi quem fundou a cidade, iniciando com a construção dos dois ranchos.

Também é fato que “Farrapeiro” já havia construído duas casas de morada, além dos dois ranchos, já haviam também duas vendas, - armazéns – uma de D. Carolina de Tal e seu marido e outra de “Emerenciano Rouco”, como era mais conhecido, devido a uma afonia crônica, quando, a 27 de agosto do ano de 1887, deu-se a construção e inauguração da primeira estação ferroviária “Ramal do Rio Pardo” na povoação, com a denominação de Estação do Rio Doce”. A Tal estação consistia em uma espécie de palanque ou estrado de madeira bruta, feita mais ou menos de

qualquer maneira, e seu nome acredita-se que assim fôra escolhido em virtude do ponto em que a mesma fôra construída, - às margens do Rio Verde e nas proximidades da foz do Rio Doce, naquele rio – referindo-se a afluentes do Rio Verde e não à fazenda Boa Vista do Rio Doce.

O dia 27 de agosto é o único dia que poderá ser adotado como o dia da fundação, pois, é o que mais se aproxima da mesma.

A principal finalidade da estação do Rio Doce era para o carregamento de dormentes e não para passageiros, que poucos havia.

## **EVOLUÇÃO**

No correr de 1887 a povoação recebeu o nome de “ VILA NOVA DO RIO VERDE”, nome êsse, com que os seus poucos moradores e os das fazendas já referidas, a batizaram.

Em 26 de abril de 1889, muito embora não tivesse sido elevada a Distrito Policial, era criada a primeira Sub-Delegacia de Polícia de Rio Doce.

Em 5 de maio do ano de 1889, aportava pela povoação uma família de italianos vinda da cidade de Casa Branca e que em muito viria contribuir para o seu desenvolvimento não só no comércio, mas também na educação e cultura, pois, era composta na maioria, de jornalistas e educadores: Família Cione.

Os chefe chamava-se Miguel Cione e seus filhos, Vicente, Januário, Caetano, José e Domingos, - trazendo também os escravos Fabiana, cosinheira e João Mulato, capanga.

Uns dos grandes melhoramentos que os Cione dotaram a povoação foram uma importante casa comercial e a fundação da Sociedade Italiana “Lavoro e Fratellanza”, em 9 de setembro do ano de 1893, com prédio próprio, - ainda existente em Itobi, - tendo sido seu presidente, Vicente Cione. A Sociedade contava com 59 sócios efetivos e mantinha uma escola mista com 25 alunos, aproximadamente, e era subvencionada pela Câmara Municipal de Casa Branca.

Só depois de 5 anos da criação da Sub-Delegacia é que a Vila foi elevada a Distrito Policial, no dia 27 de dezembro de 1894.

É interessante notar-se que a Vila era “VILA NOVA DO RIO VERDE” e não só a Sub-Delegacia mas, também o Distrito Policial criado era do “RIO DOCE” e isso devido ao nome da estação ferroviária, naturalmente.

Durante o ano de 1896 estabeleceu-se um movimento cívico, no sentido de elevarem o Distrito Policial a Distrito Municipal, sendo que os que mais se destacaram foram: Capitão Luiz Augusto Machado (mais tarde eleito o primeiro Vereador do Distrito à Câmara de Casa Branca), Manoel Sevilhão ou Manoel Luiz Pires, os irmãos Cione, Antônio Teles Nogueira, Major Dâmaso Ribeiro Nogueira, (chefe político e fazendeiro), Theodoro Blumental, Francisco Palermo, Antônio Sevilhão ou Antônio Luiz Pires, que foi pai do autor destas notas, Antônio Berna, Gustavo Acquaviva e

José Martins Pereira Balieiro ou Nhôzinho Balieiro, (mais tarde Escrivão do Registro Civil).

Êsses homens reivindicavam além da elevação a Distrito Municipal, a criação de um Conselho Distrital ou Triárquico, ao qual fosse confiada a administração.

Apesar de todos os esforços empregados por nossos antepassados, só conseguiram para a Vila a criação do Conselho, em 7 de junho de 1897, através da Lei N.º 24. No dia 1.º de agosto do mesmo ano, ao meio-dia, no Hotel Sevilhão, o cidadão Dr. Francisco Escobar, que foi genro do abastado fazendeiro Antônio Silvério da Silva Musa, e que era na época o Presidente da Câmara Municipal de São José do Rio Pardo, (Jornal "O MUNICÍPIO", editado em Casa Branca, exemplar, n.º 6, de 26 de junho de 1898, - Arquivo Municipal de Itobi), deu posse aos cidadãos José Cione e Antônio Leite Bastos, representando o Distrito e Urias de Avila Ribeiro, representando São José do Rio Pardo, para exercerem as funções de Conselheiros do 1º Conselho Distrital, estando presentes ao ato, os seguintes senhores: Capitão Luiz Augusto Machado, Antônio Silvério da Silva Musa, Manoel Sevilhão, José Marcon, Theodoro Blumental, Antônio Teles Nogueira, José Martins Pereira Balieiro, Gustavo Acquaviva e Antonio Berna, (Documento no Arquivo Municipal).

Enquanto uns festejavam o acontecimento, outros como o Major Dâmaso Ribeiro Nogueira, uns irmãos Cione, Antônio Luiz Pires e outros, não se conformaram com o fracasso referente a elevação do Distrito Policial à Distrito Municipal, protestando e recusando-se a comparecer ao ato da instalação do Conselho, bem como a assinar a ata respectiva

O fracasso perdurou por pouco tempo pois, por Ato de 25 de outubro do mesmo ano de 1897, os rioverdenses tinham a satisfação de ver a concretização desse grande passo para melhoria da administração do Distrito.

No biênio de 1896/1897 o Distrito Policial do Rio Doce foi aquinhoado com ótimos melhoramentos tais como: a construção de um importante prédio para casa comercial, por Caetano de Santis, alto comerciante não só na Vila mas, mesmo em toda a região; construção de um prédio para hotel, por Manoel Sevilhão, às suas expensas e por si próprio e o início da Praça "ANITA E GARIBALDE", ainda por Manoel Sevilhão. Êsse português, que o autor destas notas orgulha-se e haver sido seu sobrinho, amou mais a Vila que sua Pátria e mais tarde foi o primeiro Fiscal Municipal do Distrito de Paz.

Bem, a sêde de conquista de nossos homens do passado não ficou sómente na elevação a Distrito Municipal. Ao iniciar-se o ano de 1898, os mesmos lutadores em prol do Distrito Municipal recentemente

Criado, lançam outro movimento, desta feita, para conseguir o desmembramento do mesmo de São José do Rio Pardo e anexá-lo a Casa Branca, como Distrito de Paz. Com a criação da Paróquia a 13 de abril, o entusiasmo foi em muito aumentado, ao ponto de conseguirem essa grande reivindicação. Pela Lei Nº 568, no dia 27 de agosto daquele ano – 1898 -, o Distrito Municipal do Rio Verde era desmembrado do Município e Comarca de São José do Rio Pardo e anexado ao Município e Comarca de Casa Branca, tendo a Câmara Municipal desta última

aprovado imediatamente a nova demarcação de limites, e sido encarregado para procedê-la, o Doutor Francisco de Souza Coullam.

Com a aprovação da Lei N.º 568, Rio Verde passou para a toponímia de “ITOBI”, consoante um estudo do tupi-guarani. (“I” – água corrente e “TOBI” – verde), apresentado ao Congresso Estadual pelo advogado, político e ex-Intendente Municipal de Casa Branca, Lafayete de Toledo.

Tal acontecimento foi tão importante, de grande júbilo que, o Barão José Fortine, abastado fazendeiro no Distrito, fez doação de 8 (oito) alqueires de terras, para a formação do Patrimônio do novo Distrito de Paz de Itobi.

Como Distrito de Paz Itobi teve 16 (Dezesseis) Sub-Prefeitos: o primeiro, Donato Panico, e os seguintes, Cap. Luiz Augusto Machado, Antônio Cardoso, Egidio Brochado de Andrade, Ignácio Rodrigues Dâmaso, Ângelo Trogiani, Edgard Pereira Balieiro, Doutor Ciro A. Dorsa, Professor Alfredo Midaglia, Alcibíades Pires, Silvestre Francisco Puglia, Eduardo Passarelli, Silvestre Francisco Puglia (2.ª vez), Luiz Mendes da Costa, Alcibíades Pires (2.ª vez), Amadeu Gozzo e José Trogiani. (Nota: Possivelmente o autor destas notas tenha cometido algum lapso na parte referente a ordem em que se encontram os nomes, mas a verdade é que êstes foram os 16 Sub – Prefeitos).

Em 1900 o novel Distrito de Paz de Itobi contava com, “SIMPLEMENTE”, isso: 16 casas comerciais, 2 barbearias, 3 selarias, 2 sapatarias, 1 padaria, 2 Fábricas de Cerveja e Licores, 1 Fábrica de Cigarros, 1 Fábrica de Massas Alimentícias, 2 Fábricas de Sabão, 3 Restaurantes, 1 Hotel, 1 Farmácia, 1 Médico (Dr. Vicente Sinisgalli), 1 Pintor, 6 Pedreiros, 3 Ferrarias e 1 Banda Musical.

## JORNALISMO

Em 1898, antes da elevação do distrito Municipal à Distrito de Paz, surgia, no correr do mês de junho daquele ano o primeiro jornal da terra: “O PORVIR” (Fac-simile no arquivo municipal) de propriedade Januário Cione e Antônio Cardoso.

Com uns anos de existência, viu surgir o seu companheiro “O ITOBI”, no ano de 1900, ( Fac-simile) no arquivo Municipal) , com oficina própria, sob a redação de G. Ribeiro e J. Cione.

E com o correr dos anos surgiram ainda: “A BANDEIRA”, fôlha ilustrada sôbre a direção do padre pinheiro – que foi o Vigário da Paróquia – e Dr. Marcondes Rezende ; “ESCOLA”, para publica-

ção de trabalhos escolares, sob a direção dos professores Tertuliano Soares de Albergaria e Arquimedes Bertoncini; “A FARPA”, jornal humorístico sob a direção de Sender Junior; “O TIJOLO”, também humorístico, com oficina própria, dirigida por Renato de Santis e o poeta Horácio Pedrosa e a “À NOTÍCIAS”, sob a redação do saudoso João Trogiani e Horácio Pedrosa e colaboração de Renato de Santis, Alberto Fernandes, Joviano de Camargo e outros.

## FATOS

Até a sua emancipação, os acontecimentos de maior vulto na história itobiense, foram : Eleição para Juiz de Paz e seus Suplentes e para Vereador à Câmara Municipal de Casa Branca, representando o Distrito, em 30 de outubro de 1898, (no mesmo ano da elevação a Distrito de Paz). Foram eleitos: Juiz de Paz, Januário Cione; Suplentes, Alfredo Barbosa Rodrigues e José Alves da Silva Musa; para Vereador foi eleito o Capitão Luiz Augusto Machado.

Um outro fato digno de nota foi a transferência da sede da Comarca de casa Branca para o Distrito de Itobi, no ano de 1.900. Com a erupção da febre amarela em Casa Branca, o Dr.Joaquim Cordeiro Coelho Cintra, então Juiz de Direito, transferiu-se para o Distrito de Paz, sendo que nessa ocasião se ocorreu a posse do Oficial de Justiça Augusto Gonçalves de Oliveira, em 19 de fevereiro daquele ano, de uma vez que todos os atos praticados pelo Meretíssimo Juiz de Direito eram praticados onde o mesmo residia.

Em 1901 entrou em exercício do cargo de Escrivão de Paz do Distrito, o cidadão Januário Cione, após haver prestado concurso e sido aprovado plenamente. Êste Cione, era correspondente consular italiano, desde o ano de 1895, quando ainda residia em Casa Branca.

Outro Cione, Vicente, foi Sub-Delegado de Polícia desde 1899, tendo sido também, ótimo professor municipal.

Sugeridas pelo Congresso Estadual do Rio Verdinho, foram nomeados os primeiros professores do Distrito, para lecionarem nas duas únicas classes criadas: Do sexo feminino, D. Maria José Musa Balieiro e do sexo masculino, Vicente Cione.

A primeira Corporação Musical foi a “BANDA MUSICA RIOVERDENSE”, sob a regência do maestro Souza Leite.Seguiram-se outras, tais como: “Recreio Rio Verdense”, “Recreio de Itobí” e “União e Progresso”. Houveram também as bandas “Gafanhoto” e “Besouro”, que eram compostas de músicos adeptos de facção políticas que tinham esses nomes em substituição às legendas partidárias. Os Maestros que muito se destacaram, foram: Armando Francischine, João Sezâno, Joaquim Vano, Antonio Pavanelo e Angelo Sperandio. Dentre todos merecem menção especial os Maestros Napoleão Consentino, por ter sido exímio Maestro e Antônio Pavanello que foi o criador da famosa “ORQUESTRA SANTA CECÍLIA”, composta de jovens de ambos os sexos e que por muitos anos anomou as feitas sociais e Côro Sacro da Matriz local.

Na arte dramática vamos encontrar no passado os eficientes colaboradores e diretores do “GRUPO DRAMÁTICO FILHOS DO PROGRESSO DE ITOBI”, José Galante e Camilo Siqueira Calçada.

Esta é uma das notas mais importantes. No dia 20 de agosto do ano de 1916 os itobienses recebiam o máximo com referência ao conforto e progresso dos grandes centros: A iluminação pública. A principal figura dessa conquista, foi Antônio Cardoso, então Sub-Prefeito Municipal, seguido de Luciano Ribeiro Nogueira, Antônio Luiz Pires, Egidio Brochado de Andrade, militantes políticos, juntamente com mais alguns outros que em muito prestigiaram o movimento.

Outra nota interessante, digna de figurar nesse Histórico é a eleição da jovem Alice Garrido a rainha da beleza itobiense, em 1929.

Eleita em itobi, Alice Garrido elegeu-se também em Casa Branca, passando a representar o Município na Capital do estado. Na Capital, a jovem Garrido foi alvo de muitas homenagens, tendo os jornais noticiado muito a seu respeito, como também das demais candidatas.

Outro fato não menos importante, foi o ajardinamento da “Praça Anita Garibaldi”, pelo senhor Alfredo Midaglia, Professor e Diretor do grupo Escolar local e que também era o Sub-Prefeito Municipal. Deu-se no correr do ano de 1935, no auge de uma campanha política em que se defrontavam o Partido Republicano Paulista e Partido Constitucionalista. Foi nessa campanha que Antônio Sevilhão ou Antônio Luiz pires, pai do autor destas notas, perdeu a liderança política que mantinha há mais de 25 anos.

Não seria justo deixar-se à parte deste histórico a única agremiação da cidade, existindo há mais de 20 anos e que tão relevantes serviços à coletividade tem prestado: CLUBE RECREATIVO ESPORTIVO ITOBIENSE, (CREI).

De início, devo dizer que existe um lapso com respeito a data da sua inauguração. Em seus Estatutos – não sei si nas Atas também, consta que – o CREI foi inaugurado no dia 1.º de janeiro de 1939 mas, o certo é que a sua inauguração foi feita na noite de 31 de dezembro de 1938, pois, o autor destas notas teve a honra de haver sido o orador oficial de dita inauguração, como também ainda possui em seus arquivos particulares o discurso proferido e um pedaço da fita simbólica.

O verdadeiro autor de tal iniciativa foi o saudoso José Olímpio Nogueira – “Anspeçada”, secundado por Sylvestre Francisco Puglia, Amadeu Gozzo, Alfredo Rodrigues de Souza, o autor destas notas e ainda outros que no momento não me ocorre os nomes. Instalou-se o Clube no prédio da Rua XV de Novembro, atualmente com o número 479.

Por iniciativa do autor destas notas, em 1948 instalou-se um serviço de propaganda radiofônica, através de alto-falantes, inaugurado no dia 27 de agosto de 1948, dia em que se comemorou o cinqüentenário (50º) da elevação de itobi a Distrito de Paz, com a denominação de “A VOZ DE ITOBI”

Este Clube ido o iniciador das grandes aspirações itobienses, tem sido a sala de visita da cidade, pois, em sede é que se hospedou e se homenageou as altas personagens que por aqui passaram, principalmente quando Luiz Mendes da Costa foi Presidente e era o Sub-Prefeito Municipal da cidade.

Com exceção da Emancipação de Itobi, quase todos os grandes empreendimentos existentes em nossa cidade tiveram por berço a sede do CREI – Clube Recreativo Esportivo Itobiense - e “A Voz de Itobi” foi o porta-voz encarregado de cientificar, orientar e incentivar o povo “à luta pela concretização dos mesmos.

O autor destas notas orgulha-se de sempre fazer parte da direção da agremiação e de ter sido o Diretor responsável da “A Voz de Itobi”, até a presente data, em todas as grandes causas iniciadas pelo Clube e que a mesma assumiu a grande responsabilidade de conduzir o povo até a vitória final.

“A Voz de Itobi”, pelas suas campanhas de alta beneficência coloca a agremiação em condições de ser reconhecidas “como de ser reconhecidas “como de utilidade pública”.

Mais um fato digno de registro é a passagem por esta terra, com uma permanência bastante considerável, do Padre Gino Righetti. Itobi recebeu um infinidade de benefícios através desse Padre, tais como : O término do Salão de Festas “Sagrada Família”, a construção do Santuário da Aparecida, a construção de mais uma torre na Igreja Matriz, a colocação do relógio com três mostradores, o aumento do Patrimônio Imobiliário da Conferência Nossa Senhora Aparecida e da Paróquia . Nada mais justo e louvável que, em ocasião oportuna, render-se uma grande homenagem à quem tanto beneficiou esta terra.

Em 25 de fevereiro do ano de 1953, inaugurava-se um Sub-Posto de Arrecadação na Cidade, com a presença do Secretário da Fazenda, Dr. Mário Beni e Sylvestre Francisco Púglia, Prefeito Municipal de Casa Branca e chefe político, ao qual Itobi deve esse grande melhoramento, bem como ao autor destas notas, na ocasião Presidente do Diretório político que reivindicou tal melhoramento e Sub-Prefeito Municipal pela segunda vez, juntamente com André de Santis, Amadeu Gozzo, Alfredo Rodrigues de Souza, Lauro Rodrigues, Alberto Rosseto, Luiz Santos Gomes, José Eugênio Rodrigues, Sebastião Monteiro, João Batista Serafim e outros, inclusive Mário Rodrigues Dâmaso, primeiro encarregado do Pôsto, e que permanece na chefia até a presente data (Documentos no Arquivo Municipal)

Quase que pela mesma época, graças aos esforços dos mesmos homens e prestígio de Sylvestre Francisco Puglia, foi instalado um Sub-Pôsto de Saúde na sede do distrito.

Pela Resolução N.º 11/54, de 11 de setembro de 1954, foi criada a Caixa Econômica estadual em Itobi, pelo Presidente do Conselho da mesma, Dr. Mário Eugênio, graças aos esforços de Alcibíades Pires e Querubim Fuginett, que encabeçaram um movimento político em prol da candidatura do referido senhor a deputado Federal, nas eleições realizadas no dia 3 de outubro daquele mesmo ano.

Depois da eleição do Capitão Luiz Augusto Machado a representante do distrito à Câmara Municipal de Casa Branca, Itobi veio a possuir outro representante àquela Câmara no ano de 1936, na pessoa de Honório Sartori. Entretanto, em virtude do golpe de estado dado pelo então Presidente, Dr. Getúlio Vargas, em 10 de

novembro de 1937, o mandato do Vereador, bem como de todos os demais foi encerrado, pois, como tal golpe foi implantada uma ditadura aos moldes do que o Brasil tivera anos anteriores. Sómente em 1948 Itobi pode contar novamente com representante na referida Câmara, na pessoa do saudoso João Conti e na Prefeitura Municipal, na pessoa de Sylvestre Francisco Puglia, Prefeito Municipal saído do Distrito para a sede do Município.

O autor destas notas tem o orgulho de declarar-se o autor do movimento no sentido de Itobi eleger três Vereadores, ao invés de um sómente, naquela Câmara Municipal. Havia necessidade do Distrito poder contar com maior número de representantes a fim de poder reivindicar algo de bom e de progresso à sua gente. Iniciou-se o movimento e em 1951 elegia João Conti, José Trogiani e Domingos Damasceno Filho à edilidade casabranquense.

Em 1955 repetiu-se o fato com a eleição do autor destas notas, que mais uma vez dirigiu o movimento>Querubim Fuginett e Pedro Cagnoni, ambos dentistas, ambos funcionários estaduais e residentes em Casa Branca, exercendo suas funções em Itobi. Logrou reeleger-se o já Vereador Domingos Damasceno Filho, contando Itobi, então, com quatro representantes a Câmara Municipal de Casa Branca.

## **EPOPÉIA DA EMANCIPAÇÃO**

Em 1948 o autor destas notas as primeiras sondagens sobre a elevação do Distrito à Município, junto ao Prefeito Municipal de Casa Branca, Sylvestre Francisco Puglia, o qual após várias considerações conseguiu fazer com que a tentativa não fosse iniciada.

A Lei Orgânica dos municípios estipulava, como até hoje, que a elevação dos Distritos a Municípios só pode ser pleiteada de cinco em cinco anos Lei Quinquenal. Nestas condições sómente em 1953 fizemos, eu e Luiz Mendez da Costa, na época Sub-Prefeito Municipal do Distrito, estudos sobre a Emancipação mas, não só encontramos receptividade negativa por parte daqueles que tiveram conhecimento do assunto, como surgiram dificuldades na sede do Município que em muito viriam impedir tal conquista.

O autor das presentes notas compreendeu que para credenciar o Distrito a elevação a Município seria de suma importância dotar a cidade de determinados melhoramentos, tais como repartições públicas, que não só viriam beneficiar o povo, mas também elevar a cidade a um plano mais importante. Ainda está na lembrança dos atuais habitantes, as exposições feitas por mim durante as campanhas eleitorais, quando reivindicávamos essa ou aquela repartição pública. Sub-Pôsto de Saúde, Pôsto de arrecadação e Caixa Econômica. Em cada ocasião formavam-se Comites Políticos em prol da candidatura do homem que se comprometia a instalá-las, sendo certo que os Comitês nunca falharam aos compromissos assumidos e nem tão pouco os candidatos, pois os compromissos eram feitos sobre bases sólidas. No arquivo da Prefeitura Municipal existem documentos referentes aos Comitês criados, onde se lê os nomes daqueles que lutaram em prol das reivindicações já referidas. É bem verdade que alguns só assinaram seus nomes e nada mais fizeram pela causa. Para

eles fica o aborrecimento de não haverem cooperado e na história ficará como “FATOS QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA”. Aqueles que lutaram heróicamente, ainda são do conhecimento público e muitíssimo comentado por todos, os esforços por eles dispendidos.

Tudo deveria estar pronto para o ano de 1958, quando então proceder-se-ia “a grande arrancada”.

E com o rolar do ano 1957, a Princesa do Rio Verde fazia jus a sua Emancipação Política e Administrativa. Como vêm, foi coisa preparada lentamente e medida e pesada religiosamente. Entretanto, com uma modificação na Lei Quinquenal, a arrecadação dos Distritos foi elevada de Cr.\$ 300.000,00 (Trezentos mil cruzeiros), para Cr.\$ 500.000,00, (Quinhentos mil cruzeiros), havendo necessidade de uma reestruturação nos impostos municipais, para atingir-se o “quantum” exigido.

Nessa época o autor das presentes notas era Secretário da Prefeitura Municipal de Casa Branca, além de exercer a Vereança naquela edilidade como representante do Distrito e nestas condições pleiteou junto ao Prefeito Municipal João Sales Cunha, mediante acordo político, as facilidades para obtenção dos papeis necessários e tudo o mais concernente a Emancipação. Devo salientar a pessoa de João Salles Cunha que, é bem verdade que houve um acordo mas, reconheceu no movimento a força do Direito e da Justiça e honrado como sempre foi, cumpriu a sua palavra até o fim.

Daqui para frente, até a concretização da Emancipação de nossa querida terra, reconheço que não compete a mim descrever, por haver tomado parte ativa em sua campanha, tendo mesmo sido o Presidente da “Comissão Pró-Emancipação” e o autor do processo competente, resultando-me como louros, a honra de ser o primeiro Prefeito Municipal de minha cidade.

Quero deixar à quem se dispôr prosseguir com o histórico do Município, a oportunidade de criticar os erros e falhas cometidos por mim ou pela Comissão, mas também, a de elogiar, enaltecer com que persistência, denôdo, fé, grande amor e carinho, alguns dos homens que a compunham, se dedicaram à causa.

Cite muitas vezes os nomes dos homens que a compuzeram: Presidente, Alcibíades Pires; Secretario, Alfredo Rodrigues de Souza; Tesoureiro, Amadeu Gozzo; Membros: José Trogiani, José Eugênio Rodrigues, André de santis, Péricles Loyola Brandão, Henrique Ricci, Sante Astolfi e Domingos Damasceno Filho, mas cite muito mais, inúmeras vezes mais, os nomes de José Trogiani, José Eugênio Rodrigues, André de Santis, Alfredo Rodrigues de Souza, e aqueles que não fazendo parte de tal Comissão, não mediram esforços com igual bravura e amor à causa: Atílio Morini, Lauro Rodrigues, Miguel Cruz, Padre Gino Righetì, Ovídio Fernandes, Francisco Toesca, que nos conduzia às Fazendas com seu caminhão, para comícios de esclarecimento ao povo, José Valdes Conti e José Ciampone Neto, que acompanhavam dedicadamente a tramitação do processo na capital – êsse último, falecido trágicamente no dia em que se festejava a liberdade de Itobi e lembrado sempre com grandes saudades, no dia 1.º de fevereiro de 1959, José Esteves, João

Baptista Serafim, Divino Abel Bernardes, Juiz Preparador de leitores, - José Alvero Zapata, patrocinador da qualificação e Hipolyto Wisneski, auxiliar da qualificação.

Cite também, com idêntico qualificativo, o Comitês Feminino fundado em 25 de fevereiro de 1958, sob a Presidência de D. Angelina

Rosseto Trogiani – espôsa do grande batalhador José Trogiani – e Vice-Presidência de D.Anita Trogiani Rodrigues – espôsa de outros não menos grande batalhador, Lauro Rodrigues, - coadjuvadas pelas demais senhoras: D. Luíza Sartori de Santis, Maria Augusta de Figueiredo Barbosa, Aparecida Martins Zapata e senhoritas Laydir Batemarco, Eneide Armanda de Santis, Laura Trogiani, Irvênia Luiza de Santis, Ana Celina Rodrigues, Sônia Garrido, Ana Maria Gonçalves e Therezinha Jesus Barboza, com a finalidade de incentivar o povo à causa e à qualificação eleitoral.

Permito-me nada mais referir a respeito do desenrolar da campanha, durante a qual sofri amargamente por incompreensões e atos camaleônicos de alguns e em virtude do meu amor ao torrão natal.

Mas, asseguro aos que estas notas lerem, que não deixei passar em brancas nuvens fatos que em muito poderiam ter prejudicado a causa e se não o conseguiram, só serviram para causar dissabores e abatimento de ânimos. Tenho-os anotados em meus apontamentos particulares e que um dia, um dia após a minha morte virão à luz para conhecimento público. Para os que estão ao par, ficará como “FATOS QUE A HISTÓRIA NÃO CONTA”.

Perdoe-me os erros cometidos nestas notas. Elas nada mais são que um esboço e um apanhado de datas e fatos. Dezoito meses levaram para a sua compilação.

Haverá aquele que melhor narrará a história de minha terra, mas nunca, em tempo algum, com mais amor e maior dedicação.

**ITObI, dezembro de 1960.**